Autoavaliação Institucional

UNIVERSIDADE
CATÓLICA
DE SANTOS

AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL - UNISANTOS

I. AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 2
1.1 Autoavaliação Institucional 2
1.1.1 Comissão Própria de Avaliação – CPA 3
1.2 Autoavaliação Institucional na Universidade Católica de Santos 6
1.2.1 Princípios da Autoavaliação Institucional 7
1.2.2 Objetivo geral 8
1.2.3 Objetivos específicos 8
1.2.4 Características da autoavaliação como ferramenta de gestão 9
1.2.5 Metodologia do processo auto avaliativo 9
1.2.6 Etapas para a construção/aplicação dos instrumentos de autoavaliação institucional 11
1.2.7 Divulgação dos resultados da autoavaliação 13
1.2.8 Participação da comunidade acadêmica 13
1.2.9 Apropriação dos resultados obtidos pela comunidade acadêmica 14
1.3 Monitoramento do Uso dos Resultados 14
1.3.1 Elaboração e Ajustes dos Planos de Ações 14
1.3.2 Acompanhamento dos Planos de Ações 15
1.3.3 Implantações das ações de melhorias 15
1.4 Articulações Entre a Avaliação Interna e Externa 16
1.5 Relatório Anual de Autoavaliação Institucional - RAAI 16
1.5.1 Coleta de dados e elaboração do RAAI 18
1.5.2 Etapas para construção do RAAI 18

I. AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

1.1 Autoavaliação Institucional

A autoavaliação é um processo contínuo por meio do qual uma instituição constrói conhecimento sobre sua própria realidade. Ela busca compreender os significados do conjunto de suas atividades para melhorar a qualidade educativa e alcançar maior relevância social. Para tanto, sistematiza informações, analisa coletivamente os significados de suas realizações, desvenda formas de organização, administração e ação, identifica pontos frágeis, bem como pontos fortes e potencialidades, e estabelece estratégias de superação de problemas.

Esta proposta apoia-se na Lei 10.861 que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes que pretende consolidar a autoavaliação de modo abrangente, sistêmico e contínuo sintetizando os eixos que definem a Instituição.

O ambiente externo

No Brasil, em anos recentes, a autoavaliação de instituições educacionais vem ganhando reconhecimento crescente, tanto por seu vínculo com a implementação de políticas públicas como por fundamentar decisões que presidem a definição de políticas institucionais gerais e setoriais.

No caso das políticas públicas para a Educação Superior, a proposta integrada de avaliação de sistema contida no Sinaes, instituída em 2004, conjuga autoavaliação institucional com avaliações externas dos cursos de graduação por comissões de especialistas e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade).

Neste sentido, concordamos com Frauches (2011), quando este afirma que "nas avaliações internas – institucional e de cursos – é estratégico a CPA adotar os mesmos parâmetros, indicadores e conceitos dos instrumentos de avaliação *in loco* do Inep, podendo, contudo, incluir outros indicadores".

Dois aspectos podem ser destacados nessa proposta: em primeiro lugar, o óbvio caráter global dessa avaliação, em segundo lugar, a exposição da IES (Instituição de

Educação Superior) à ingerência externa. É possível também analisar essa proposta avaliativa como uma intervenção que afeta todos os seus níveis e setores, particularmente sua atividade fim, modalizada no ensino, na pesquisa e na extensão.

Internamente, a valorização da autoavaliação institucional, independente da abordagem adotada, pode oferecer contribuição ao aperfeiçoamento e crescimento institucionais, ao atuar como ferramenta para o fortalecimento de seus profissionais e estudantes.

O número de publicações e eventos que discutem avaliação institucional, o destaque que as Instituições de Ensino Superior (IES) vêm dando ao tema, associados ao foco dessas administrações, na figura de seus gestores, apontam para ênfase nesse instrumento de gestão e para seu refinamento teórico e prático.

O ambiente interno

Na Católica de Santos, a autoavaliação institucional existe desde o início de 1994. A Universidade foi uma das primeiras instituições do setor privado a aderir ao PAIUB (Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras), embora nessa época e até mais recentemente, devido à sua própria estrutura, a autoavaliação estivesse centrada no ensino de graduação.

A partir da implantação dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, da reestruturação da Universidade em 2004, e devido à implantação do Sinaes, a autoavaliação tem ampliado seu espectro de ações e o uso de seus resultados.

1.1.1 Comissão Própria de Avaliação – CPA

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Católica de Santos, conforme art. 11 da Lei nº 10.861/2004, foi criada pela Portaria GR 50/2004 sendo regida por regulamento próprio e pela legislação e normas vigentes no âmbito da Instituição.

O trabalho da Comissão Própria de Avaliação (CPA) tem como objetivo aprimorar os processos institucionais e para tanto utiliza a avaliação como instrumento para

contribuir com a gestão universitária, indicando caminhos e revendo processos. Neste sentido a CPA tem contribuído para o processo de avaliação interna, procurando tanto aperfeiçoar seus instrumentos de pesquisa bem como estimular o maior envolvimento da comunidade acadêmica.

A CPA tem por competência a coordenação dos processos internos de avaliação da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, com as seguintes atribuições definidas no Capítulo III, Art. 4°:

I elaborar e implementar o sistema de avaliação institucional já existente na UniSantos às diretrizes estabelecida pelo SINAES;

II elaborar o projeto de avaliação institucional;

III assegurar o envolvimento da comunidade acadêmica na discussão do Projeto, implementação da avaliação e na análise dos resultados;

IV criar condições para que a avaliação esteja integrada na dinâmica institucional assegurando a interlocução com segmentos e setores institucionais de interesse do processo avaliativo;

V elaborar, coordenar a logística e aplicar instrumentos avaliativos;

VI acompanhar o desenvolvimento do processo de avaliação nas Unidades Acadêmicas e demais setores da UniSantos;

VII definir procedimentos de organização e de análise de dados;

VIII processar e analisar as informações coletadas;

IX encaminhar providências que assegurem o cumprimento de coletas, processamento, análise e divulgação de informações;

X elaborar relatórios parciais e final;

XI apresentar sistematicamente análises de resultados e possíveis encaminhamentos à Reitoria para apreciação do Conselho de Ensino e Pesquisa - CEPES e do Conselho Universitário - CONSU;

XII coordenar um processo de reflexão e discussão sobre os resultados do trabalho avaliativo estimulando a proposição de encaminhamentos pelos diferentes setores da universidade;

XIII executar outras atribuições inerentes à natureza do órgão, decorrentes da legislação ou decisão dos colegiados superiores da UniSantos.

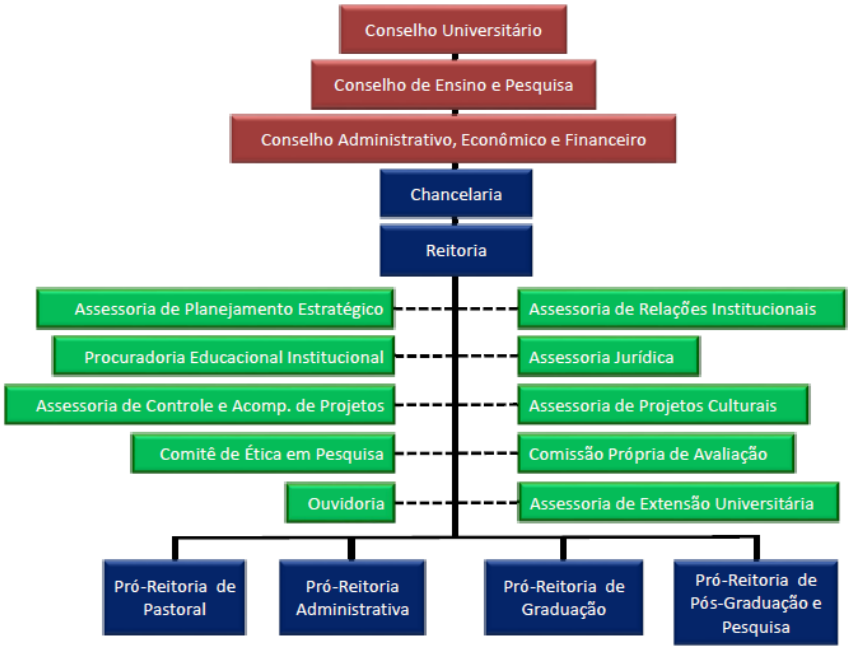
Parágrafo único - No desempenho de suas funções a CPA poderá utilizar os serviços ou solicitar informações das Unidades Universitárias e dos Órgãos Suplementares.

Na composição da CPA é assegurada participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica e de representação da sociedade civil organizada, preservando-se a paridade entre os diversos segmentos, conforme determina a Lei nº 10.861/2004.

Sua composição é constituída por um Coordenador e 8 (oito) membros, sendo 4 (quatro) docentes, 2 (dois) técnico-administrativos, 1 (um) discente e 1 (um) representante da sociedade civil organizada, e estará vinculada à Pró-Reitoria Acadêmica. O Coordenador e membros da CPA são escolhidos e nomeados pelo Reitor, com ampla divulgação da sua composição e das suas atividades. Também é levado em consideração, a critério do Reitor, o adequado perfil dos membros para o exercício das funções da CPA. O representante do corpo discente é escolhido e nomeado pelo Reitor entre os representantes de classe com assento nos Conselhos de Coordenadores de cada Unidade Universitária.

A CPA é responsável pelos processos de autoavaliação e responde diretamente à reitoria, conforme Figura 1.

Figura 1. Organograma em vigor na vigência do atual projeto (Portaria GR 244/2016), e também em conformidade com a legislação relativa ao SINAES (Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004).



Desta forma, a CPA tem como atribuição principal a condução de um processo cíclico de busca de qualidade, por meio da correção de fragilidades detectadas, bem como da consolidação dos pontos fortes da instituição, sendo, portanto, um instrumento valioso para o aprimoramento dos processos institucionais.

1.2 Autoavaliação Institucional na Universidade Católica de Santos

O lema da Universidade, *dilatentur spatia veritatis*, significa ampliar o espaço da verdade. Assim, a CPA assume como missão contribuir para o aperfeiçoamento institucional e para o cumprimento de seus objetivos. Produzir conhecimentos sistemáticos a respeito da Católica de Santos, identificar suas potencialidades e fragilidades e garantir o envolvimento dos setores que a compõem nas diferentes etapas do processo avaliativo.

Em consonância com o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES (para os cursos de graduação) e de acordo com o estabelecido no documento de autoavaliação dos Programas de Pós-graduação da CAPES (para o *stricto sensu*), o processo de Autoavaliação Institucional na Católica de Santos leva em consideração, em suas atividades:

I. Planejamento e Avaliação Institucional.
II. Desenvolvimento Institucional.
III. Políticas Acadêmicas.
IV. Políticas de Gestão.
V. Infraestrutura.

Desde o início, no modelo de avaliação adotado pela Universidade, são respeitados os princípios de diversidade e individualidade, característicos da avaliação formativa e participativa, que permitem que se tomem, de forma fundamentada, as decisões consideradas necessárias para alcançar os objetivos e metas fixadas pela Católica de Santos.

Cabe ressaltar que a Universidade concebe a avaliação institucional como um processo permanente de autoconhecimento, de reflexão, visando aprimorar a qualidade do ensino, pesquisa, extensão e gestão administrativa. A proposta da Universidade é que a avaliação tenha um caráter diagnóstico para fins de planejamento, revisão e orientação. Serve, também, para perceber o grau de distanciamento entre os objetivos propostos no Planejamento Estratégico e a prática estabelecida no cotidiano institucional. Enfim, é um instrumento utilizado para cumprir efetivamente sua Missão, Visão, Princípios e Valores. Diante disso, é importante ressaltar, também, que a política de avaliação institucional se pauta nas seguintes diretrizes:

- consolidação do processo avaliativo pela ética, seriedade e sigilo profissional;
- melhoria contínua dos instrumentos de avaliação utilizados;
- comprometimento com os processos de autoavaliação em todos os segmentos institucionais;
- socialização dos resultados para toda a comunidade acadêmica;
- compromisso social com o ensino, pesquisa e extensão de qualidade, subsidiando os gestores acadêmicos e adminstrativos com os resultados das avaliações para fins de planejamento e tomadas de decisões.

Neste sentido, o processo de Autoavaliação Institucional da Católica de Santos vem se desenvolvendo e aprimorando suas ações, sempre buscando atingir melhoria contínua para a Instituição.

1.2.1 Princípios da Autoavaliação Institucional

Os princípios dão suporte aos valores, estabelecem as prioridades básicas e são análogos ao que determina o Sinaes e a autoavaliação proposta pela CAPES, destacando os seguintes:

- Globalidade: o objetivo é avaliar toda a comunidade acadêmica;
- Participação: discutir e construir, coletivamente, os instrumentos e métodos de avaliação com a comunidade acadêmica;

- Credibilidade: promover a Avaliação Institucional com competência técnica, correção ética e fidedignidade dos dados;
- Identidade Institucional: enquanto Universidade Comunitária, respeitar a história e a cultura construída ao longo de sua existência;
- Devolução e socialização dos resultados: manter o compromisso de devolver e socializar os resultados a toda comunidade, considerando a privacidade e o sigilo de informações que dizem respeito às individualidades;
- Continuidade e Regularidade: reconhecer a Avaliação Institucional como um processo permanente, uma vez que seus resultados implicam mudanças de médio e longo prazos.

1.2.2 Objetivo geral

Consolidar a cultura de avaliação participativa, para o autoconhecimento e o aperfeiçoamento do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão da Universidade Católica de Santos, por meio do binômio planejamento/avaliação.

1.2.3 Objetivos específicos

Além do objetivo geral, a Autoavaliação é regida pelos seguintes objetivos específicos:

- consolidar o processo contínuo de Autoavaliação;
- integrar as diversas iniciativas de avaliação existentes na Instituição;
- colaborar para a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão;
- propiciar à comunidade acadêmica a autoconsciência de suas qualidades, problemas e desafios;
- fortalecer o compromisso social da Instituição;
- colaborar para a transparência da Instituição como um todo, em seus diversos níveis;

- fortalecer as ações de avaliação nos cursos de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*;
- tornar permanente as ações de gestão decorrentes dos processos de avaliação dos cursos.

Tais objetivos são avaliados permanentemente, de forma a manter processos, alterar procedimentos e mesmo inserir novos objetivos emergentes. Um exemplo, é a integração destes objetivos com os estabelecidos no Plano Estratégico da Universidade, que abrange duas grandes categorias: objetivos ligados à autoavaliação e objetivos ligados ao acompanhamento das avaliações externas.

1.2.4 Características da autoavaliação como ferramenta de gestão

A autoavaliação é importante para instrumentalizar os processos de gestão na Universidade. Caberá aos gestores a apropriação e utilização dos resultados fornecidos pela CPA que nesse sentido tem como objetivos:

- integrar ações com diferentes departamentos e setores da Universidade na produção de indicadores em todas as etapas do processo avaliativo, em gestão participativa;
- consolidar a autoavaliação permanente e de caráter proativo;
- integrar a autoavaliação institucional com as avaliações externas;
- fortalecer a autoavaliação como processo de formação para todos os envolvidos;
- manter a autoavaliação como fonte de dados que alimentam os processos de gestão da Universidade.

1.2.5 Metodologia do processo auto avaliativo

A metodologia geral do processo auto avaliativo na Universidade, dado seu caráter emancipatório, é de caráter participativo, desde sua origem em 1994. Tal postura foi ratificada quando da atualização do Programa em 2004, para incorporação

do Sinaes e, recentemente, da proposta apresentada pela CAPES para a autoavaliação dos Programas de Pós-graduação *stricto sensu*.

É importante sensibilizar os sujeitos envolvidos durante todo o processo avaliativo enfatizando a autoavaliação como aprendizagem organizacional, destacando os ciclos da autoavaliação (planejamento, dados e qualidade) e o uso da autoavaliação (tomada de decisão e construção da reputação institucional). Isto permite a participação dos setores, desde os objetivos de cada ação até o uso dos dados coletados.

A autoavaliação ocorre uma vez ao ano e dá-se em paralelo ao cotidiano institucional que acompanha o desenvolvimento das atividades acadêmicas e administrativas, propõe ações e instrumentos, coleta dados e os repassa aos setores e segmentos envolvidos, destacando fragilidades e potencialidades.

Para a graduação a autoavaliação incorpora os cinco eixos do Sinaes e os indicadores propostos no instrumento de avaliação externa do Mec/Inep. Em relação a pós-graduação *stricto sensu*, o processo de autoavaliação dos Programas está em consonância com os princípios e diretrizes das Avaliações Quadrienais e considera os indicadores dos documentos de área da CAPES específicos para cada um dos Programas da Universidade.

A autoavaliação prioriza o caráter processual e transversal dos eixos em seus projetos, ao aprofundar seus vínculos com o planejamento institucional, incluindo itens para avaliação e destacando aspectos antes não evidenciados. Tal incorporação fortalece a valorização da avaliação interna e ressalta seu caráter global e processual.

A coleta de dados adota enfoques quali/quantitativos quanto ao instrumental utilizado e, dependendo dos objetivos definidos, dá maior ênfase em uma ou outra abordagem.

1.2.5.1 Cursos de graduação

Os instrumentos de autoavaliação para os cursos de graduação contemplam as 10 dimensões determinadas pelo Art. 3° da Lei do Sinaes agrupadas por

afinidade em cinco eixos, com indicadores que apresentam os elementos de avaliação e os respectivos critérios para sua análise e verificação.

As dimensões organizadas por eixos são detalhadas no quadro abaixo:

EIXOS	DIMENSÕES AVALIADAS
Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional	Considera as dimensões Planejamento e Avaliação e o Relato Institucional que descreve os principais elementos dos processos de avaliação que sustenta a revisão do PDI e que destaca os eventos que marcam a série histórica da avaliação na Unisantos.
Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional	Considera as dimensões Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional e Responsabilidade Social da Instituição.
Eixo 3 – Políticas Acadêmicas	Abrange as dimensões Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão; Comunicação com a Sociedade e Políticas de Atendimento aos Discentes.
Eixo 4 – Políticas de Gestão	Compreende as dimensões Políticas de Pessoal; Organização e Gestão da Instituição e Sustentabilidade Financeira
Eixo 5 – Infraestrutura Física	Contempla a Infraestrutura Física

1.2.5.2 Programas de pós-graduação stricto sensu

Em relação aos programas de pós-graduação stricto sensu, para a construção dos instrumentos de autoavaliação, fica sob responsabilidade dos programas construir um delineamento de autoavaliação apto a captar aspectos pertinentes a sua missão e seus objetivos, incluindo aqueles relativos à sua inserção no contexto social/internacional e as suas escolhas científicas específicas. A CAPES recomenda que os programas considerem estabelecer um diálogo com os quesitos e itens estabelecidos na ficha de avaliação, e que a avaliação externa atue em consonância e articulação com a autoavaliação.

1.2.6 Etapas para a construção/aplicação dos instrumentos de autoavaliação institucional

A estruturação da proposta de Avaliação Institucional da Universidade compreende fases que, por sua vez, subdividem-se em etapas de execução, todas elas interdependentes e complementares.

A Autoavaliação da Católica de Santos, além do caráter qualitativo, adota a perspectiva quantitativa, optando pela combinação de métodos e técnicas que mais se coadunam com as características da Instituição, utilizando-se de uma avaliação diagnóstica formativa. São utilizados instrumentos de pesquisa (questionários) que possibilitam traçar um diagnóstico da Instituição e permitam avaliar sua qualidade acadêmica, relevância social e eficiência gerencial e organizacional.

Os projetos da autoavaliação para a graduação e pós-graduação são organizados da seguinte forma:

1ª. Preparação

a) Sensibilização dos setores e sujeitos envolvidos.
b) Elaboração e aprovação do projeto junto à Reitoria.

2ª. Operacionalização

a) Adequação técnica dos instrumentos.
b) Consulta aos gestores.
c) Demanda de colaboração técnica e informações a outros setores.
d) Organização da logística de aplicação dos instrumentos.

3ª. Desenvolvimento

a) Aplicação do instrumento.
b) Acompanhamento da aplicação do instrumento.
c) Organização de dados e informações.
d) Análise das informações – relatórios parciais.

4ª. Consolidação

a) Sistematização dos resultados da avaliação.
b) Elaboração do relatório final.
c) Divulgação aos gestores e setores envolvidos.
d) Balanço crítico, com ênfase no levantamento do uso dos resultados.
e) Acompanhamento das ações decorrentes.

5ª. Metaavaliação

a) Geral.
b) Políticas e preparação.
c) Implementação.
d) Disseminação e uso dos resultados.

1.2.7 Divulgação dos resultados da autoavaliação

Como continuidade do processo de avaliação interna, a divulgação dos resultados aos docentes da graduação e pós-graduação é feita pelo Sistema Acadêmico da Universidade. Este está preparado para permitir o acesso de forma hierarquizada. Diretores de Unidades Universitárias e Coordenadores de Cursos e Coordenadores dos Programas só podem acessar as informações que lhe são autorizadas. Estes podem ser vistos na tela do Sistema Acadêmico ou baixados em um arquivo PDF, personalizado para cada curso ou programa, Unidade Universitária ou toda a Universidade.

Para divulgação dos resultados dos cursos aos respectivos colegiados, estes são analisados pelos NDEs e apresentados e discutidos com os docentes. A divulgação para o corpo discente fica a cargo dos coordenadores. Em relação ao corpo técnico administrativo a apresentação dos resultados se dá a partir da Pró-reitoria Administrativa em reunião coletiva.

Desta forma a divulgação propicia oportunidades para que as ações concretas oriundas dos resultados do processo avaliativo sejam tornadas públicas à toda comunidade interna.

1.2.8 Participação da comunidade acadêmica

Os processos avaliativos devem constituir instrumentos de gestão universitária capazes de indicar caminhos e rever processos. Assim a avaliação institucional constitui um instrumento de melhoria da qualidade do ensino e por isso deve ser participativa, coletiva e envolver toda a comunidade acadêmica.

A Avaliação é uma prática instituída na Católica de Santos e está comprometida com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), estando direcionada para: a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão institucional; a orientação da expansão da oferta de seus cursos; afirmação da identidade institucional; contribuir para a comunidade na qual está inserida considerando especialmente ações de

responsabilidade social, levando em conta todas as variáveis que estejam relacionadas com o bom andamento da Instituição.

Por isso a Avaliação na Universidade organiza os instrumentos avaliativos de acordo com o princípio da integração. A proposta é de uma avaliação constituída basicamente no processo de autoavaliação, visando principalmente o autoconhecimento institucional.

1.2.9 Apropriação dos resultados obtidos pela comunidade acadêmica

A partir da sensibilização e da conscientização de todos os segmentos acadêmicos, a Universidade pretende com a autoavaliação propiciar condições para a reflexão de sua atuação bem como a revisão de seus objetivos institucionais no contexto do Sinaes e dos princípios e diretrizes das Avaliações Quadrienais. Neste sentido, a Católica de Santos considera os resultados das avaliações em sua tomada de decisões, sendo este processo utilizado como ferramenta de gestão.

Dentro deste entendimento, a proposta de avaliação interna elenca os indicadores capazes de estabelecer metas e prioridades, de forma a reavaliar a qualidade dos resultados obtidos em função dos objetivos propostos em seu Planejamento Estratégico, visando o aprimoramento dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação, pós-graduação *lato sensu* e stricto sensu, com vistas à melhoria do ensino-aprendizagem.

Por tudo isso, o processo de avaliação instituído enseja a contínua reciclagem do Projeto Pedagógico Institucional, permitindo a correção de rotas, reordenando, consolidando e reformulando suas estratégias e formas de atuação.

1.3 Monitoramento do Uso dos Resultados

1.3.1 Elaboração e Ajustes dos Planos de Ações

A Universidade entende que a qualidade emerge da forma como é estruturada a inter-relação entre a comunidade acadêmica e administrativa, assim os cursos avaliados são orientados a analisar os resultados e a apresentar os Planos de

Ações, de forma conjunta entre o gestor e sua equipe, propiciando um diálogo direto entre as partes.

O coordenador e NDE e coordenadores de programas realizam a devolutiva dos objetivos e metas estabelecidos no Plano de Ações para os docentes e discentes, visando dar respaldo aos envolvidos, de forma educativa para a construção da cultura avaliativa.

Esses Planos de Ações são acompanhados durante o ano pela Reitoria, e auxiliam os gestores a preservarem e aprimorarem a qualidade de ensino na Universidade, com vistas a um melhor desempenho no próximo ciclo de avaliação.

A Reitoria e CPA recebem os Planos de Ações conforme os resultados disponibilizados nos relatórios provenientes do processo de autoavaliação. Tais planos são acompanhados pela Reitoria e alimentam o relatório anual de autoavaliação.

1.3.2 Acompanhamento dos Planos de Ações

O acompanhamento das ações de melhorias é realizado pela Reitoria e comunidade acadêmica, permitindo que os resultados sejam verificados e que sirvam como referenciais para o próximo ciclo de avaliação.

Frente ao desafio que é pensar os procedimentos de avaliação institucional, a CPA entende que não há melhoramento senão por um trabalho estruturado e cíclico.

A sistemática de verificação do cumprimento das metas envolve, assim, o acompanhamento periódico dos Planos de Ações e dos relatórios dos diversos setores da Universidade, a fim de possibilitar o desenvolvimento das ações acadêmicas.

1.3.3 Implantações das ações de melhorias

A partir dos Planos de Ações, cada gestor tem autonomia para realizar suas ações com o objetivo de viabilizar as propostas. Este trabalho tem início assim que os planos são elaborados, com o objetivo de que as melhorias sejam perceptíveis no próximo ciclo avaliativo.

Assim, na Católica de Santos, a avaliação institucional é entendida como um processo permanente e contínuo, sendo um referencial para a definição de ações alinhadas à sua Missão, Visão e Valores.

1.4 Articulações Entre a Avaliação Interna e Externa

A análise de avaliações internas e externas ocorre durante todo o ano, junto aos coordenadores dos cursos e programas, sobretudo, no que diz respeito aos relatórios de avaliação destes, tanto decorrentes dos processos de reconhecimento/renovação de reconhecimento, assim como do Enade e do Conceito Preliminar de Curso – CPC, como dos resultados das avaliações internas e também das avaliações quadrienais. Em grupos de trabalho são elaborados Planos de Ações específicos e feita a divulgação dos resultados à comunidade acadêmica.

Desta forma, como dito anteriormente, o processo de avaliação na Universidade é direcionado, assim, pelos seguintes indicadores: Avaliação do Guia do Estudante; Avaliação por especialistas do MEC; Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - Enade; Conceito Preliminar de Curso - CPC; Conceito de Curso – CC (decorrente de visita in loco), Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição - IGC; Avaliação da CAPES (cursos de pós-graduação stricto sensu) e resultados das avaliações internas.

Assim, a Reitoria, a CPA e as coordenações de cursos e programas possuem diversas informações para analisar e propor ações que articulem diretamente os indicadores externos e internos.

1.5 Relatório Anual de Autoavaliação Institucional - RAAI

Após essa sistematização interna, a CPA elabora o Relatório Anual de Autoavaliação Interna – RAAI a ser postado no sistema e-MEC, o qual é apresentado à Reitoria, com os resultados mais relevantes de todo o processo avaliativo. Expressa, dentre outros, os resultados do diagnóstico realizado através da análise das dimensões e dos instrumentos de pesquisa aplicados junto à comunidade acadêmica e os

resultados das avaliações externas. Tece uma análise, tecnicamente crítica, com ilustrações de tabelas, gráficos e indicadores, que facilitem o seu entendimento.

Conforme orientações da NT/INEP nº 65/2014 (Roteiro do Relatório de Autoavaliação Institucional), o RAAI é organizado consolidando-se os dados e as informações pertinentes a cada eixo/dimensão, de acordo com o PDI e a identidade da IES, para facilitar a coleta de dados e sistematização das informações conforme a seguir:

I – Introdução

II – Metodologia

III - Desenvolvimento

III. 1 – Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional

Dimensão 8: Planejamento e Avaliação

III.2 – Eixo 2: Desenvolvimento Institucional

Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional

Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição

III.3 – Eixo 3: Políticas Acadêmicas

Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão

Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade

Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes

III. 4 – Eixo 4: Políticas de Gestão

Dimensão 5: Políticas de Pessoal

Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição

Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira

III. 5 – Eixo 5: Infraestrutura Física

Dimensão 7: Infraestrutura Física

IV - Análise dos Dados e das Informações e Ações Desenvolvidas

O relatório elaborado dessa forma facilita o desenvolvimento das etapas avaliativas, estabelece e propicia à Universidade apresentar coerência e continuidade entre os dados apresentados em sua integralidade.

1.5.1 Coleta de dados e elaboração do RAAI

A partir do levantamento e da consolidação de informações dos processos acadêmicos/administrativos e das avaliações externas, inicia-se a etapa de compilação dos dados coletados e elaboração do relatório para a disponibilização dos resultados aos envolvidos.

Nesse processo, a CPA considera os seguintes indicadores de avaliação externa: Avaliação do Guia do Estudante; Avaliação por especialistas do MEC; Conceito Preliminar de Curso - CPC; Conceito de Curso – CC (decorrente de visita in loco), Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição - IGC; Avaliação da CAPES (cursos de pós-graduação stricto sensu). Como indicadores internos a CPA utiliza as informações provenientes da autoavaliação e dos setores administrativos (Relatórios Setoriais) da Universidade.

Cabe ressaltar que o IGC é um indicador de qualidade que avalia as instituições de ensino superior. Ele é calculado anualmente, considerando a média dos CPCs, a média dos conceitos de avaliação dos programas de pós-graduação stricto sensu atribuídos pela CAPES na última avaliação quadrienal e a distribuição dos estudantes entre os diferentes níveis de ensino, graduação ou pós-graduação stricto sensu.

Os relatórios são consolidados mediante a análise e compilação das informações provenientes das diversas fontes para que a CPA possa traçar um panorama geral das ações realizadas pela Universidade e para dar conhecimento aos gestores e à comunidade interna dos aspectos que necessitam de acompanhamento e de providências.

1.5.2 Etapas para construção do RAAI

As etapas para a construção do RAAI são:

a) Estabelecimento dos objetivos.

b) Sensibilização dos setores e sujeitos envolvidos.

c) Identificação das fontes.

d) Coleta das informações.

e) Organização das informações.

f) Análise das informações por curso, unidade universitária e de toda a Universidade.

g) Redação dos relatórios.

h) Apresentação dos relatórios aos gestores.

UNIVERSIDADE
CATÓLICA
DE SANTOS

Chanceler - Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Reitor - Prof. Dr. Cléber Ferrão Corrêa

Pró-Reitora Administrativa - Profª. Dra. Mariângela Mendes Lomba Pinho

Pró-Reitora de Graduação - Profª. Me. Rita de Cássia Zaher Rosa Paul

Pró-Reitor de Pastoral - Prof. Me. Pe. Cláudio Scherer da Silva